



UNILAB

Universidade da
Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – BHU

ALEXSANDRA ALEXANDRE AMARAL

**PROJETO DE PESQUISA: A TRAJETÓRIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS NO
ENSINO SUPERIOR NA UNILAB (CE)**

ACARAPE-CE

JAN/2023

ALEXSANDRA ALEXANDRE AMARAL

PROJETO DE PESQUISA: A TRAJETÓRIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS NO
ENSINO SUPERIOR NA UNILAB (CE)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
na Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-brasileira, como exigência
parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Humanidades.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Caroline Leal

ACARAPE-CE

JAN/2023

ALEXSANDRA ALEXANDRE AMARAL

PROJETO DE PESQUISA: A TRAJETÓRIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS NO
ENSINO SUPERIOR NA UNILAB (CE)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
na Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-brasileira, como exigência
parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Humanidades.

Orientadora: Prof^a Dr^a Caroline Farias Leal
Mendonça.

Data de apresentação: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Caroline Farias Leal Mendonça, Dra. (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Marcia Jucilene do Nascimento, Ms. (Examinadora Externa)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Jacqueline da Silva Costa, Dra. (Examinadora Interna)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
OBJETIVOS.....	10
JUSTIFICATIVA.....	11
REVISÃO DA LITERATURA.....	15
METODOLOGIA.....	22
CRONOGRAMA.....	23
REFERÊNCIAS.....	24
APÊNDICE I.....	27
APÊNDICE II.....	29

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa ora apresentado é resultado das minhas reflexões e interesses de pesquisa enquanto mulher quilombola no ensino superior na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. A UNILAB me libertou de um pensamento restrito, ampliou meus horizontes e me fez acreditar no meu potencial como mulher, mulher negra quilombola, e mãe. Hoje me sinto transformada e consciente dos meus direitos, como pertencente a uma sociedade desigual e que através da educação transforma vidas e nos faz acreditar em um futuro próspero. A UNILAB me salvou das desigualdades de gênero dentro de um relacionamento violento, de um trabalho insuficiente e sem perspectiva de crescimento, de um futuro igual a tantas outras, que não conseguiram quebrar as correntes da opressão.

Com a UNILAB, tive a oportunidade de conhecer professores maravilhosos, de tamanha humanidade e de um poder intelectual inimaginável. Foi na UNILAB que tive o primeiro contato com doutores e doutoras negras docentes e com colegas, amigos e amigas internacionais e de outras etnias como nossos parentes indígenas. A UNILAB é revolucionária e reconhece nossos potenciais e transforma vidas que ficam à margem da sociedade, com sua pluralidade e diversidade.

Meu nome é Alexsandra Alexandre Amaral, sou filha de Maria de Fátima Alexandre Amaral e de Francisco Hélio do Amaral. Mãe de Isadora e Isabela, nasci na comunidade quilombola de Alto Alegre em Horizonte, zona rural, comunidade fundada por Negro Cazuya, escravizado foragido da Barra do Ceará, onde deu origem as primeiras famílias quilombolas da comunidade. Contam os mais velhos que Negro Cazuya formou família com uma indígena Paiacu e se formou as famílias Agostinho, Bento e Silva.

Apesar de centenária, a comunidade só teve seu reconhecimento formal em maio de 2005, quando foi considerada remanescente dos Quilombos (CRQs) pela Fundação Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura com responsabilidade de emitir o certificado de autorreconhecimento do povo quilombola. Grupos étnicos com predominância na população negra rural ou urbana, se autodefinem a partir das relações com a terra, parentesco e práticas culturais de antepassados africanos.

Sou graduanda no Bacharelado em Humanidade Interdisciplinar na UNILAB, entrei pelo edital específico para indígenas e quilombolas no ano de 2018, segundo semestre. Venho de uma comunidade quilombola e minha realidade é muito diferente em relação as pessoas que vivem nos grandes centros urbanos. Os exemplos de coletividade e solidariedade, que tive na minha sociedade foram fundamentais na minha formação como pessoa e, a

educação, sempre foi vista da perspectiva dos meus familiares, que por pouca escolaridade, apenas passavam princípios básicos por meio da oralidade. Boa parte da minha criação foi feita pela minha avó que era analfabeta. Nunca frequentou a escola, pois desde cedo trabalhava em casa de família para criar meus tios e mãe. Ficou viúva cedo, tendo que assumir o papel total de subsistência dos filhos/as e não via como possibilidade os estudos.

Meus tios sempre estavam de alguma forma ajudando minha avó nos trabalhos e minha avó, sempre dentro das suas possibilidades, dava meios para que eles pudessem ter oportunidade de estudar. Das várias histórias que contava, outra forma muito usada na nossa comunidade quilombola, era como ela “gerenciava” para que eles chegassem até a escola. A distância, a falta de alimentação e dos materiais escolares. Meu tio, não chegou a terminar o primário, minha tia abandonou os estudos para trabalhar em casa de famílias com 8 anos e minha mãe terminou o primário e era professora na comunidade.

De uma certa forma a realidade da família foi mudando. Para mim, uma das cenas mais inesquecíveis que vi, na minha infância, foi quando minha avó aprendeu a escrever o nome. Eu não compreendia a emoção dela em tão avançada idade, a de ter a possibilidade de escrever o nome. Hoje, ao compreender o significado para ela, posso imaginar que dentre dez irmãos ela foi a única a saber escrever o nome. Na minha trajetória escolar a história da minha avó esteve sempre presente em mim, e acreditava que o ensino médio já era um sonho e já bastava alcançá-lo.

Entre as dificuldades para estudar, enfrentei a distância, a falta de condições financeiras, os conflitos familiares e a maternidade. As lembranças da minha trajetória são traçadas por mim como um processo de tentativas e falhas, pois nesse trajeto desisti e comecei várias vezes, chegando a perder as contas de quantas vezes isso aconteceu. Sempre era muito frustrante, pois sabia que o único meio de ter uma realidade diferente das que eu convivia se tornava cada vez mais difícil. Passou alguns anos para eu voltar a priorizar a conclusão do ensino médio. Entre as desistências e o retorno, foram dez anos, com o pensamento de que mais uma vez iria fracassar. E quando terminei, ainda lembro da enorme 9 alegria e o filme que passava na minha cabeça, das vezes que tive que decidir parar, para priorizar outras coisas que estavam sempre à frente.

Quando concluí o ensino médio, não era minha pretensão fazer o ensino superior. Primeiro acreditava ser algo inalcançável, impossível para mim e que eu já tinha chegado onde

queria. Minha realidade, de ser mãe, esposa, e já ter um trabalho, ainda que não fosse o ideal, já estava dentro da normalidade que poderia querer. Uma amiga que tinha entrado na UNILAB, pelo edital específico para quilombola e indígena, me chamou para fazer a prova, assim, como forma de testar meus conhecimentos, já que passei muito tempo sem estudar, resolvi me inscrever na seleção. Fiz todo o processo seletivo e passei. Jamais pensei na possibilidade de passar e ainda que isso acontecesse, mais uma vez seria impossível deixar tudo aqui, ir para outra cidade, sem perspectiva de que daria certo e jogar tudo para alto, por algo que não havia pensado.

E contrariando a todos, que pensavam ser uma loucura começar do zero, aceitei o desafio. Hoje estou concluindo meu primeiro ciclo formativo, o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e as transformações na minha vida foram impactantes entre todas as dificuldades enfrentadas, cada vitória, me deixa empolgada, e entre todas as perdas do caminho, eu sei que meu lugar é lá. Sei que essa possibilidade pode ser para mim, para minhas filhas, para todas outras mulheres, que como eu que não via essa possibilidade.

O ensino superior para as mulheres quilombolas é algo quase inalcançável quando se depara com essas dificuldades no caminho. Vejo como minha realidade é vista com estranhamento, quando sou questionada como eu consigo estudar longe da família e a forma que minhas escolhas refletem na forma que a sociedade me avalia. Cheguei muitas vezes a questionar se estava no caminho certo e se valeria a pena abrir mão de “tudo”, para procurar algo que eu me encantasse pela vida. Onde eu não me sentisse podada nas minhas capacidades e como só existisse uma possibilidade para mim, por ser mulher.

Quando me deparei com a escolha entre o ensino superior, o casamento, e as minhas filhas, eu me culpei muito, de não haver a possibilidade dos dois. Como uma mulher casada, com duas filhas, iria morar em outra cidade para estudar, deixar as filhas ao cuidado, em parte, pelo marido e pai, ainda que eu me desdobrava entre várias funções mesmo de longe. Apesar dos julgamentos feitos – de que eu estava fugindo das minhas responsabilidades –, para viver uma vida de “solteira”, todas as horas do meu dia era direcionado à organização da casa e das vidas daqueles que eu era responsável.

Com isso lidei com as crises de ciúmes do marido, que por “brincadeira” dos amigos que o questionavam como ele aceitava a mulher estar fora de casa e ele cuidando 10 das filhas: “Quem sabe o que sua mulher faz longe de casa”. Diante disto eu escutava: “se você fizer algo,

me trair, eu tenho uma pessoa lhe observando e eu vou saber, mas eu apoio você, quero ver você feliz, mas nosso combinado era você ficar em casa, pra cuidar das meninas”. Passei muitas vezes a me questionar, que caminho estava tomando, se tudo e todos me diziam que eu estava louca de deixar tudo. Passei por outro julgamento, o de que eu tinha abandonado a família: “coitado do marido”.

Eu acreditava que realmente eu estava errada, de tudo que eu ouvia, eu acreditava. Não percebia que era violência psicológica e que eram as interdições que o patriarcado impõe a todas as mulheres. Mesmo nas comunidades tradicionais o patriarcado invadiu a nossa vida coletiva e oprime as mulheres. Mas a universidade começou a me questionar. Não me via calada, submissa e cumprindo um papel que eu “teria” que cumprir na lógica machista, eu queria mais. Queria questionar as coisas postas, saber que o conhecimento adquirido nesse meio serviria para mim e para minhas filhas, para meu crescimento pessoal e intelectual. Quantas mulheres eu conhecia que tinha feito a “loucura” de deixar a família perfeita para buscar outra coisa? Nenhuma! Na Unilab eu passei a conhecer várias e entre estas minhas irmãs quilombolas.

Hoje tenho a certeza de ter feito a melhor escolha para mim. A primeira escolha que fiz por mim. Entendo o quanto meu mundo estava limitado, o quanto meu ex-marido já não fazia parte da mulher que eu estava me tornando a partir dos conhecimentos críticos que acessei na universidade sobre ciência, racismo, movimentos sociais, educação, feminismos, saberes tradicionais, colonização e descolonização entre tantos outros temas e autores, autoras e pessoas diversas. Nossas diferenças eram imensas. Enquanto eu queria extrapolar meus limites, ele queria ter o que ele já tinha. E realmente não tinha como ele mensurar a pessoa diferente que eu era, diante, pela primeira vez, de uma realidade nunca vista. Diferentes culturas, gente de todas as formas de pensamentos, tabus que eram quebrados, conhecimentos diversos adquiridos.

A complexidade de tudo isso, partindo da minha realidade, das dificuldades enfrentadas, dos novos caminhos tomados, a UNILAB me salvou, e muitos não podem compreender isso. Meu mundo se ampliou, percebi que não estou lá só por mim, que minha mãe está, minhas filhas estão e também os amigos que sobraram. O orgulho deles e delas me faz dar sentido a todas as escolhas feitas. Os professores e professoras que em cada aula me fazem ficar mais encantada pelo conhecimento. Principalmente, quando me deparo com professores e professoras negras, humanizadas, e ainda que tenham conhecimentos incompreensíveis para mim hoje, são extremamente dedicadas/os e capacitadas/os.

Ao refletir sobre minhas condições e de outras mulheres no ensino superior e o que as fazem sentir tantas dificuldades no acesso, decidi pesquisar sobre AS MULHERES QUILOMBOLAS NO ENSINO SUPERIOR NA UNILAB. Ao ocupar esse espaço, vejo o quanto significativo é para mim e para as nossas comunidades termos representantes mulheres produzindo conhecimento acadêmico. Na universidade podemos transformar radicalmente nossa relação com o mundo e com nossas comunidades, transformar também o espaço acadêmico com nossos conhecimentos empíricos.

Analisar as formas de ingresso e a permanência dessas mulheres no ensino superior é o meu objetivo e tema de pesquisa neste projeto. Também é meu interesse identificar o perfil das mulheres, seus enfrentamentos e conquistas na Unilab. Acredito na possibilidade deste trabalho servir de parâmetro para novas pesquisas por estudantes quilombolas que venham a se interessar pelo tema e reflexões aqui feitas. Pretendo desenvolver este projeto na minha terminalidade, ocasião de maior amadurecimento acadêmico.

Para a elaboração deste projeto realizei pesquisa introdutória relacionada diretamente ao tema do meu projeto e relacionada à educação quilombola e ensino superior, porém encontrei algumas dificuldades de encontrar materiais escritos ou pesquisadores/as quilombolas sobre essa área, visto o pouco acesso deste público ao ensino superior e a pósgraduação. Por se tratar de um projeto de pesquisa tive pouco tempo para uma pesquisa bibliográfica mais apurada o que pretendo retomar e ampliar na execução do projeto no segundo ciclo (terminalidade¹).

Por fim, com a delimitação do meu tema focado nas MULHERES QUILOMBOLAS NO ENSINO SUPERIOR NA UNILAB, busco compreender como o processo de ingresso dessas mulheres na universidade transforma suas vidas, se existe falhas no processo seletivo estabelecido pela universidade e como pode ser melhorado para alcançar cada vez mais a juventude quilombola no interior do estado do Ceará e, principalmente, evidenciar o papel das quilombolas no meio acadêmico como produtoras de conhecimento científico e empírico.

¹ O Instituto de Humanidades é organizado em dois ciclos, sendo o primeiro o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade (BHU) e o segundo, chamamos de terminalidades, ofertam os seguintes cursos: Bacharelado em Antropologia, Pedagogia, Licenciaturas em História e Sociologia.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Identificar o perfil das mulheres quilombolas na Unilab e compreender como o processo de inserção dessas mulheres no ensino superior transforma suas vidas, das suas comunidades e da universidade, examinando os desafios desde o ingresso à sua permanência no espaço acadêmico.

Objetivo Específicos

- Identificar e descrever o perfil socioeconômico, familiar, educacional e cultural das mulheres quilombolas estudantes na graduação da Unilab;
- Descrever suas trajetórias acadêmicas e sua permanência no ensino superior;
- Identificar e analisar a importância para as mulheres e suas comunidades em ocupar esse espaço acadêmico;
- Analisar o processo de ingresso das mulheres quilombolas no ensino superior e principais desafios à permanência;
- Identificar e analisar a relevância dos conhecimentos produzidos pelas mulheres quilombolas na Unilab.

JUSTIFICATIVA

Como dito na introdução, o interesse pelo tema de pesquisa surgiu no início da minha graduação, pois percebia o quantitativo de mulheres quilombolas no espaço acadêmico como algo discreto. Ao reconhecer essa realidade, somado às observações feitas a partir da minha realidade, me sentia desafiada a conhecer quem eram essas mulheres e a explorar as questões que perpassavam o acesso e permanência delas no ensino superior.

Passei a buscar conteúdos sobre o tema e encontrei outras dificuldades dada a pequena quantidade de material existente como artigos e monografias sobre as mulheres quilombolas. Sendo uma das primeiras mulheres quilombolas do estado do Ceará a estar no espaço acadêmico, o tema de pesquisa se tornou cada vez mais caro para mim. Temos urgência de pesquisadores e pesquisadoras quilombolas que compreendam e pautem a nossa realidade, que possam auxiliar com contribuições no campo acadêmico, no acesso dessa população no ensino superior e no fortalecimento das políticas públicas. Acredito que através da pesquisa podemos traçar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres quilombolas e, deste modo, procurarmos saídas para minimizar ou eliminar as dificuldades de acesso e permanência ao ensino superior.

Na UNILAB, o primeiro processo seletivo específico para ingresso de estudantes quilombolas e indígenas foi publicado no dia 22 de dezembro de 2017, através do Edital nº 33/2017 pela Pró-reitora de Graduação (PROGRAD). Foram ofertadas seis vagas para os estudantes quilombolas e cinco vagas para os estudantes indígenas, apenas para o curso de Pedagogia, para ingresso no semestre 2017.2. Tais vagas eram oriundas de vagas ociosas no curso. No semestre seguinte outros cursos aderiram ao edital específico, na modalidade de vagas ociosas, por meio da deliberação dos colegiados. O último edital publicado foi no ano de 2019 destinado à entrada no primeiro semestre de 2020.

Para a elaboração deste projeto meu primeiro passo foi uma pesquisa sobre o quantitativo de ingresso das mulheres quilombolas na Unilab-CE no período dos editais específicos. Busquei dados sobre a entrada de quilombolas no setor de controle acadêmico (DRCA) da Pró-reitora de Graduação (PROGRAD) e obtive a seguinte informação:

QUANTITATIVO DE INGRESSO DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS (DO SEXO FEMININO) NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNILAB (POR CURSO E PERÍODO DE INGRESSO)							
CURSO	2017.2	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	TOTAL
Administração Pública - Bacharelado	0	0	2	0	0	0	2
Agronomia – Bacharelado	0	1	0	0	0	0	1
Antropologia - Bacharelado	0	0	4	0	0	0	4
Ciências Biológicas - Licenciatura	0	0	0	3	0	0	3
Ciências da Natureza e Matemática - Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0
Enfermagem - Bacharelado	0	0	1	0	1	0	2
Engenharia de Energias - Bacharelado	0	0	0	0	0	0	0
Farmácia - Bacharelado	0	0	0	0	0	1	1
Física - Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0
História - Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0
Humanidades - Bacharelado	0	2	4	0	0	1	7
Matemática - Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0
Pedagogia - Licenciatura	4	0	1	1	0	0	6
Química - Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0
Sociologia - Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0
Letras - Língua Inglesa - Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0
Letras - Língua Portuguesa - Licenciatura	0	0	0	0	1	1	2
TOTAL - CE	4	3	12	4	2	3	28

Tabela 1: Estudantes quilombolas na graduação-Unilab (CE)/Prograd.
Fonte: Diretoria de Registro Acadêmico/Prograd/Unilab, 2021.

Importante destacar que antes do edital específico para indígenas e quilombolas na UNILAB, implementado no ano de 2017, não houve entrada de mulheres quilombolas. Em toda a universidade havia apenas um estudante quilombola, o Jeovane Ferreira, do meu quilombo Alto Alegre, cujo ingresso foi via Sisu, pelo sistema de cotas (renda + autodeclaração + escola pública), em 2014. Tal realidade muda com a primeira edição do edital específico, das 11 vagas ofertadas foram preenchidas quatro por alunas quilombolas no curso de Pedagogia².

A partir do segundo edital, com a ampliação de vagas ofertadas para demais cursos da universidade, houve aumento na entrada de indígenas e quilombolas, porém houve uma queda na entrada das mulheres quilombolas. Entraram três mulheres quilombolas sendo uma na Agronomia e duas no BHU. No total de seis editais, houve o ingresso de 28 mulheres quilombolas em nove cursos.

Em cada edital organizamos uma mobilização do coletivo quilombola nas comunidades para ajudar nas inscrições nos editais e no acolhimento dos novos ingressantes pelos veteranos/as. Organizamos também o acolhimento (estadia e alimentação) durante o processo seletivo, pois havia etapas em que o/a candidato/a precisava vir ao campus em

² Este primeiro edital ofertou vagas apenas para o curso de Pedagogia, por iniciativa de algumas professoras deste curso, dentre as quais destaco a importante atuação das professoras Eliane Costa e Jacqueline da Silva Costa. A partir deste, somaram-se estudantes quilombolas e indígenas da primeira entrada e o Grupo de Estudos com Povos Indígenas e Populações Tradicionais (GEPI) cuja conquista foi a ampliação do edital para demais cursos. Apesar dos avanços, desde o ano 2019 o edital não é publicado e estamos em luta.

Redenção. Como demonstram os dados da tabela, o maior acesso deu-se no curso de Humanidades (BHU) com sete alunas, seguido de Pedagogia com seis e Bacharelado em Antropologia com quatro. O ano de 2018, segundo semestre, foi o de maior ingresso, com 12 mulheres quilombolas, e pouco depois veio o cancelamento do edital impossibilitando a entrada de novos discentes e criando uma ruptura desastrosa no processo que o coletivo quilombola vinha desenvolvendo nas comunidades para incentivar os jovens a concluírem o ensino médio e ingressarem no ensino superior.

As observações preliminares destes dados fizeram-me questionar: quais foram os desafios e obstáculos para o acesso das mulheres quilombolas aos editais? O que levou a variação na quantidade de ingressantes de um edital para outro? Quais os interesses por área de conhecimento e porque tem curso ainda sem presença de mulheres quilombolas? Bem, são questões que preciso investigar e aprofundar no desenvolvimento da pesquisa.

Outra questão que precisa ser dialogada com os dados quantitativos é ter a compreensão que esse movimento de procura, ingresso e permanência é coletivo e que podemos fazer mudanças a partir da minha realidade e das mulheres quilombolas pioneiras na Unilab. Precisamos pesquisar para ver mais de nós produzindo conhecimento e fortalecendo nossos laços com a nossa comunidade. Trabalharei nessa pesquisa na intenção de trazer reflexões sobre o tema e como forma de produção de conhecimento que possa contribuir com dados relevantes para auxiliar no avanço da presença de mulheres quilombolas na Unilab e como produtoras de conhecimento a partir do ponto de vista feminino e comunitário.

Por fim, esta pesquisa justifica-se diante da necessidade de fortalecer as políticas afirmativas na Unilab e para isto torna-se necessário compreender os processos por que passam as mulheres quilombolas. Tomar os desafios enfrentados nesse trajeto como norte para entender como as políticas públicas são fundamentais para esse público. O tema escolhido por mim, vem muito desse sentimento que trago, que ao ocupar esse espaço, representa também a minha avó, minha mãe, e demais mulheres que não tiveram a possibilidade que estou tendo. Todas as mulheres quilombolas que têm acesso ao ensino superior, ela tem também o sentimento de pensar em quem não ocupou este espaço.

Eu posso perceber dentro da minha comunidade, enquanto para alguns jovens essa realidade ainda não é possível. O quanto eu me questiono, porquê e como queria mudar essa realidade? Ainda que seja como o exemplo de ter conseguido superar minhas dificuldades e

prosseguir. Que seja visto por outras mulheres quilombolas como exemplo de outras possibilidades. O ensino superior ele encanta aqueles que nunca viram essa possibilidade. E as mulheres quilombolas no ensino superior sentem que a partir dos seus conhecimentos adquiridos na academia, sua relação e seus vínculos com as suas comunidades só se fortalecem. Porque nos sentimos na obrigação de dar um retorno para nossas comunidades. Na nossa ancestralidade, como mulher, eu percebo o quanto de força trazemos em nós.

REVISÃO DA LITERATURA

Ao perceber que muitas mulheres como eu não viam outra possibilidade além da vida doméstica, do cuidado com os filhos e da participação dentro de suas comunidades como referência de resistência, fiquei curiosa para saber o que mulheres quilombolas que haviam conseguido acessar o ensino superior estavam escrevendo ou mesmo outras pesquisadoras não quilombolas estavam escrevendo sobre nossa realidade. Com o avanço de políticas afirmativas nas universidades desde o primeiro governo do presidente Lula em 2003 comunidades quilombolas puderam vislumbrar a possibilidade de continuar seus estudos e, principalmente as professoras, começaram a abrir este caminho. A partir da realidade vivida dentro da comunidade, acredito que as mulheres quilombolas estão mais associadas a essa responsabilidade de orientar e estar mais próximo dos filhos, netos e sobrinhos, como uma orientadora em vários sentidos, mas isto não é obstáculo para os estudos.

O papel da mulher quilombola dentro de uma comunidade tradicional vai além de gerir a organização da casa ou dos afazeres domésticos. Passa pela organização social e comunitária, perpassa a educação que é cheia de significado histórico. Observando esse caminho da educação formal se ampliando, meus questionamentos vão além da importância de políticas públicas de acesso à educação superior. Creio que é importante analisar também as dificuldades econômicas, sociais e de vínculo afetivo.

As lutas dos nossos parentes indígenas se assemelham à nossa luta quilombola pelo acesso à educação e nos serve de referência no processo educacional. A busca por educação superior para os povos tradicionais de quilombo enfrenta os mesmos desafios e obstáculos no acesso e na permanência na academia:

Os povos indígenas brasileiros têm reivindicado o acesso ao ensino superior cientes de que, segundo Mora (2017), as desigualdades étnico-raciais predominam nessas instituições no continente americano. Como desdobramento da histórica exclusão operada mediante os sistemas educativos, os povos indígenas se encontram entre os segmentos sociais com menores índices de escolaridade. Nos termos de Luciano (2011), liderança indígena do povo Baniwa e doutor em antropologia, a conquista do diploma universitário representa para esses povos um instrumento de luta, acima de tudo. Na prática, o direito à educação constitui um meio para a apropriação linguística e, de modo amplo, para conhecer as formas de interlocução da sociedade englobante. (RUANO-IBARRA, GAMA, 2020, p. 298).

Sem dúvidas, a educação superior é uma importante forma de acessarmos espaço de poder e contribuirmos com a sociedade, com a sua diversidade em espaços majoritariamente eurocêntricos, onde não é oportunizado o ingresso de povos minoritários, como mulheres negras

e quilombolas. A compreensão da importância desses indivíduos nos espaços acadêmicos é de suma significação para as comunidades tradicionais e tem trazido mudanças internas nas comunidades que evidenciam a importância das mulheres na organização social:

Alertando para o caráter externo dessas lutas, Ruano e Souza (2017, p. 112) afirmam que o acesso ao ensino superior constitui uma estratégia fundamental. Nas trajetórias de mulheres Ticuna, “a formação acadêmica e a trajetória profissional nos moldes ocidentais constituem diferenciais para legitimar a sua inserção na esfera pública, além de qualificar seu lugar de chefia” (RUANOIBARRA, GAMA, 2020, p. 299)

Essas mudanças, de nós mulheres refletirmos com clareza sobre a nossa emancipação sem que isso signifique deixar nossas aldeias e quilombos ou tradição, são perceptíveis aqui no Ceará com as primeiras entradas de mulheres quilombolas na academia, impulsionando para que outras mulheres pudessem se inspirar e acreditar nessa outra possibilidade, a graduação. Isto por que na universidade nos encontramos com pensamentos críticos produzidos por mulheres na América Latina, a exemplo das teorias que analisam a colonialidade do gênero:

Tais questionamentos se escoram no debate acadêmico sobre a colonialidade do gênero e suas múltiplas discriminações. Pautado por Maria Lugones (2014), este debate conceitual se refere à intersecção de gênero/classe/raça/sexualidade como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Essa perspectiva permite-nos compreender sujeitos históricos, oprimidos mediante exercícios de poder concretos, tais como opressões de gênero intrincadas e explicitadas no “corpo a corpo” das práticas legalistas de racialização em nosso continente (GARGALLO, 2014). Julieta Paredes (2017), feminista comunitária da Assembleia de Mulheres da Bolívia, defende que o empobrecimento feminino é mais dramático que o masculino, pois as mulheres sofrem perdas causadas pelo colonialismo, patriarcado e racismo. Reconhecer essas injustiças implica em questionar os marcadores dessa subordinação, por serem indígenas e mulheres. Segundo Mora (2017), a tímida presença feminina no ensino superior indica que as desigualdades de gênero também são históricas nessas instituições. (RUANOIBARRA, GAMA, 2020, p. 299).

A representação das mulheres, em geral, ainda enfrenta muitos desafios e obstáculos por ser um espaço ocupado na maioria das vezes por homens e as discriminações de gênero, raça, sexualidade e classe são partes deste preconceito e interdições vividas pelas mulheres. E no caso das mulheres quilombolas, muitas vezes, seus conhecimentos são questionados, pois às mulheres foram delegadas outras obrigações, que não de cunho de produção de conhecimento.

A prioridade das pautas associadas à saúde reprodutiva e cuidados da prole, além de maior oportunidade de capacitação, revelam a preponderância do âmbito doméstico na ação feminina indígena. Samantha Ro'otsitsina Juruna, da etnia Xavante, em entrevista fornecida durante o 15º Acampamento Terra Livre (ATL), afirmou que “tem povos onde as mulheres casam cedo, com 15 ou 16 anos. E nem todas permanecem na escola depois de se casarem. Não que seja proibido estudar, mas

porque elas não conseguem conciliar o estudo com a casa e a família” (ROSSI, 2019, n. p.). (RUANO-IBARRA, GAMA, 2020, p. 306)

Nossos desafios sempre passam por outras obrigações domésticas. E nas comunidades quilombolas isso não se diferencia da realidade indígena citada acima, uma vez que o casamento precoce, a maternidade, o cuidado com as obrigações domésticas a impossibilita de conciliar estudos com todas essas outras obrigações. Impossibilita porque os homens não ajustaram suas obrigações para acompanhar as mudanças da contemporaneidade, na qual as mulheres querem estudar, ter profissão na comunidade além de sua vida e responsabilidades no âmbito privado. Observando também a quantidade de mulheres que exercem essa função “solo” dos cuidados familiares e trabalham para o sustendo dos mesmos:

A demarcação de espaços femininos é colocada por Libalva Zagur como forma de subverter a estrutura hierarquizada e masculina: “a gente tinha um projeto com mulheres. Eu, minha irmã e minha tia criamos esse projeto. Trabalhávamos com mães solteiras”, porém, “os homens da aldeia, não aceitavam por sermos mulheres”. O depoimento se refere à idealização de um projeto de artesanato que, finalmente, permitiu-lhe legitimidade como líder, “o cacique pediu para voltar à aldeia. Ele disse assim: Libalva, eu quero que você fique como representante. Já que você estudou um pouco, quero que você forme uma organização” (Brasília, 22 set. 2017). Essa aprovação tardia, pela liderança masculina, da importância da iniciativa feminina, confirma o tensionamento das relações de gênero, no sentido 19 de ampliar o horizonte compreensivo desses povos. (RUANO-IBARRA, GAMA, 2020, p. 307).

Ocupando espaços universitários, políticos, sociais e econômicos essas mulheres evocam a luta de outras mulheres que a precederam. Deste modo, valorizam e reconhecem a importância dos conhecimentos apropriados, desde suas ancestrais, aos espaços coletivos ainda majoritariamente masculinos. Além disso, quando adentramos nas universidades levamos nossa aldeia e nosso quilombo conosco, contribuímos para transformar as universidades também, isto é um movimento, um diálogo intercultural. Mas o racismo epistêmico precisa ser vencido na visão das autoras que apoiam este estudo:

A abertura de vagas para indígenas enquadra-se em uma retórica delimitada ao acesso, importante, porém, insuficiente quando o desafio maior está em garantir a permanência em condições dignas (CRUZ, 2016). Trata-se de criar condições para compreendermos as especificidades da busca pela emancipação da sujeição, exploração e subalternidade no ambiente universitário. É imperioso revisar cursos, repensar espaços de discussão e incrementar currículos. Demonstra-se, ainda, fundamental a abertura epistêmica, desfazendo paradigmas monolíticos e fechados para outras formas de conhecimento. Menendez (2014) reforça essa perspectiva, afirmando que o saber euro e estadunidense-centrado é dominante e relega aos saberes indígenas um lugar hierarquicamente inferior. (RUANO-IBARRA, GAMA, 2020, p. 301).

As trajetórias de suas avós e mães, junto às de representantes com importante notoriedade na política interétnica, como Joenia Batista de Carvalho, do povo Wapichana e

Sônia Guajajara, contribuem para encorajar os ativismos femininos atuais. Segundo Samantha Juruna, os conhecimentos, portanto, vinculam-se (RUANO-IBARRA, GAMA, 2020, p. 310). Na realidade quilombola podemos citar a grande liderança Givânia Silva do quilombo de Conceição das Crioulas que foi pioneira na discussão de uma educação escolar quilombola no Brasil e esteve à frente de muitos espaços de poder nas políticas públicas para quilombos no Brasil. A partir de Givânia Silva(2016) muitas mulheres de sua comunidade ingressaram no ensino superior e nas pós-graduações sendo intelectuais quilombolas de grande referência como Marcia Nascimento (2017), Maria Diva Rodrigues (2017), Maria Aparecida Mendes (2019) e aqui no Ceará Maria Eugênia (2018).

A conquista da escola indígena nas aldeias possibilitou a estes povos o avanço na abertura da educação básica em seus territórios e com isso maior inserção destes povos no ensino superior. O direito a educação escolar diferenciada no quilombo ainda é uma luta árdua. Mediante esta realidade, a demanda indígena pela abertura de vagas específicas é mais antiga se comparada à realidade quilombola, por isso as conquistas deste movimento são uma importante referência para nós, principalmente pela semelhança no tipo de demanda por sermos igualmente grupos étnicos protegidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Constituição Federal de 1988 como identidades coletivas.

Seja para indígenas seja para quilombolas, segundo Sousa (2009), o curso de graduação potencializa a emancipação e qualifica as lutas pela garantia de direitos. Para Brulina Aurora, do povo Baniwa, a estudante buscou a universidade “com o objetivo de pensar em estratégias para que nós não percamos nossos direitos” (FAGUNDES, 2018). Mas a dinâmica universitária implica no reconhecimento de concepções eurocêtricas que relegam os saberes ancestrais a lugares hierarquicamente inferiores. Por isso, os estudantes indígenas interpelam pela ampliação, validação e circulação de saberes pautados em epistemologias que transcendam a matriz ocidental. Contudo, trata-se de processos sociais complexos que derivam em embates e tensões. (RUANO-IBARRA, GAMA, 2020, p. 318). Tal realidade é vivenciada por nós estudantes quilombolas na Unilab, no que pese tenha um currículo muito diferenciado de outras universidades brasileiras, há também professores/as eurocentrados/as e que pensam segundo a branquitude social que não respeita nossos modos próprios de aprender e nossos saberes como parte das dinâmicas do ensino-aprendizado em sala de aula.

Outro tema importante para refletir na pesquisa, além dos desafios no campo do saber, é analisar a colonialidade de gênero (LUGONES, 2014) nos territórios e organizações

sociais, uma vez que Lugones destaca a existência do tensionamento e do distanciamento entre os âmbitos doméstico e público. Para essa autora o gênero é colocado como questão política reveladora das ligações entre democracia e vida doméstica. Por exemplo,

toda vez que a integridade física das mulheres é sobrepujada, essa vulnerabilidade dos corpos femininos tensiona a efetividade institucional das regras e valores democráticos. Complementarmente, as narrativas revelam que as barreiras culturais reverberam diferenciadamente para as mulheres indígenas. Nesse caso, as justificativas domésticas acionadas para desencorajar o acesso à universidade ou a participar da cena pública denotam a assimetria feminina na disputa por “direitos constituídos” (RUANO-IBARRA, GAMA, 2020, p. 320)

Durante muito tempo na sociedade a mulher ocupou um lugar secundário, tendo em vista que o modo de vida e a formação educacional eram voltados aos afazeres e prendas domésticas, atividades pouco valorizadas, essa realidade acompanhou as mulheres por muito tempo. No Brasil desde sua colonização até praticamente o início da República a mulher foi considerada incapaz para determinadas atividades relacionadas as áreas intelectuais, dominada geralmente pelo sexo masculino (LIMA, 2018, p. 29).

Na Universidade Federal do Pará o Processo Seletivo Especial iniciou em 2012, após diversas reivindicações das comissões e movimentos que lutam pela igualdade racial dentro e fora da UFPA, também como forma de reparação e diminuição da desigualdade racial e a inclusão de indígenas e de povos de comunidades tradicionais como os quilombolas dentro da Universidade Federal e no ensino superior (LIMA, 2018, p. 14). Apesar de notarmos alguns avanços à custa de muitas lutas, e notar a presença da mulher negra e o seu protagonismo em algumas áreas mesmo que pequena, é possível notar que é da mulher negra quilombola o esforço mais intenso em conseguir adentrar em diversos espaços por diversos fatores. De acordo com Lima (2018, pp 14-15) “percebe-se que as dificuldades aumentam quando se trata de mulheres negras, de mulheres de comunidades quilombolas, onde a questão histórica, o preconceito racial e étnico ainda influência de forma negativa a inclusão dessas mulheres em diversos espaços”.

O acesso a uma educação de qualidade para estudantes quilombolas tem sido uma discussão frequente entre os líderes comunitários das associações remanescentes, movimentos sociais e núcleos para a promoção da igualdade racial estabelecido dentro das secretarias das esferas: Municipais, Estaduais e Federais, a preocupação vai desde uma boa educação infantil, educação fundamental, ensino médio até o acesso à educação superior (LIMA, 2018, p. 17), que será exatamente o recorte que pesquisarei no presente trabalho,

podemos perceber alguns avanços na questão do acesso à Educação das camadas excluídas da sociedade, alguns daqueles que não tinham muita perspectiva no campo social, pessoal ou intelectual como homens e mulheres negros e negras em condições de vulnerabilidade associados ao racismo, indígenas discriminados por suas condições e modos de viver, vêm na atualidade chegando à conclusão do Ensino Básico e acessando os espaços universitários. Para Munanga este fato só foi possível através da criação de políticas públicas afirmativas, como exemplo a Lei 10.639/03 e as políticas de sistema de Cotas, Lei 12.711/2012 (LIMA, 2018, p. 40).

Na pesquisa de Lima (2018) com mulheres quilombolas na UFPA, ela afirma que suas entrevistadas se depararam com inúmeras dificuldades que impossibilitaram as suas chegadas ao ensino superior logo após o término do ensino básico, “sejam de diversas naturezas ligadas ao casamento precoce, a distância entre a casa e a escola, falta de transporte, trabalho, dificuldade financeira, falta de informação, preconceito, racismo entre outros” (LIMA, 2018, p. 47). A autora também identificou que as mulheres tiveram dificuldade no acesso ao ensino fundamental e que existe uma dificuldade considerável para acessar e concluir o ensino fundamental, médio ou superior,

Essas mulheres aqui entrevistadas apresentam o retrato da desigualdade instalada no âmbito educacional no Brasil. Para essas mulheres quilombolas, concluir os níveis de ensino fundamental e médio não foi para elas uma tarefa fácil; embora existam Leis e diretrizes que garantam e norteie esses direitos, muitas mulheres Quilombolas não conseguem acesso à educação formal, ficando no meio do caminho (ensino fundamental incompleto, médio incompleto), configurando um quadro de evasão escolar nessas populações Quilombolas. (LIMA, 2018, p. 54)

Para finalizar, trago ainda para o diálogo outra pesquisa sobre os desafios de mulheres indígenas no ensino superior que apoiam a minha reflexão sobre as mulheres quilombolas. Os desafios da universidade é o desafio de quebrar barreiras e, ao questionar os obstáculos postos por uma sociedade patriarcal, machista e eurocêntrica, vemos muros muitas vezes intransponíveis, dado a nossa dificuldade ao acesso, a garantia de permanência. Segundo Santana (2018), a universidade aparece carregada de símbolos, de códigos que precisam ser desvendados e que se materializam numa dificuldade inicial de chegada à universidade, trata-se de “aprender as novas linguagens, outros conhecimentos baseados num modelo hierarquizado e excludente” (SANTANA, PAIM, 2018, p. 57). De fato, mesmo a Unilab sendo uma universidade muito diferenciada, nós também sentimos esse estranhamento. A falta de orientação ou programa que nos recebam e nos mostre como funciona um campus acadêmico, suas linguagens sociais e intelectuais, muitas vezes, nos fazem questionar se realmente iremos conseguir permanecer,

Fanon (2008), ao ser indagado se os negros eram mais inteligentes que os brancos, respondia que inteligência nunca salvou ninguém: “[...] pois se é em nome da inteligência e da filosofia que se proclama a igualdade dos homens, também é em seu

nome que muitas vezes se decide seu extermínio” (p. 43). Fizemos essa referência no sentido de questionar: quem está preparado para estar na universidade? Se respondermos por uma lógica pautada no conhecimento eurocêntrico, sabemos das fronteiras que irão surgir, o que de certa forma legítima e torna esse espaço tão seletivo. Quando, nas narrativas acima, a indígena expressou o sentimento de inferioridade ao apresentar seus trabalhos e as dificuldades no entendimento das leituras dos textos acadêmicos, culpabilizou-se! (SANTANA, PAIM, 2018, p. 54).

Estudar passa a ser uma ferramenta de resistência para as mulheres indígenas e quilombolas contra a opressão, a invisibilização e a negação do direito à Educação formal. Ao estarmos nesses espaços, trazemos estranheza, preconceito e rejeição de alguns, ao questionarem nossa forma de aprendizagem, nossas manifestações culturais, a forma como nos organizamos nesses espaços. Assim como observo na Unilab, a presença de mulheres de povos e comunidades tradicionais causa impacto, conforme demonstra a pesquisa sobre mulheres Guajajara e Gavião na universidade:

Foi possível afirmar que a entrada na universidade causou impactos, tanto nessas mulheres, como na própria instituição, que vai sendo mobilizada a pensar nos desafios postos a essa presença. Tal como a existência de um enquadramento de pensamento e comportamento universal na academia, que produz apenas o modelo colonizador de episteme, provocando implicações não somente aos povos originários, mas estendendo-se também a qualquer estudante na universidade, a qualquer saber que se diferencie do poder circunscrito universal, dominante e a serviço de políticas neoliberais como forma de dominação [...] Pensar a permanência das mulheres de povos originários na universidade é um desafio relacionado à cultura, a outras formas de conhecimento, aos corpos que ali se fazem presentes como resistências, e que, de certa forma, assumem suas identidades e fortalecem seus povos, seu sentimento de pertencimento a um povo. (SANTANA, PAIM, 2018, pp 58-59).

Sempre que acessamos os espaços de conhecimento reconhecido pela sociedade como espaço de pessoas brancas e de classe média, sentimos que precisamos enfrentar esse padrão, essa estrutura de sociedade racista e colonizada. Ao formarmos grupos com nossos pares não estamos sós. Toda a nossa ancestralidade e nossa tradição quilombola, vai junto. Precisamos refletir nossa organização dentro desses espaços ao representarmos uma comunidade tradicional, indígena ou quilombola e todos os povos vistos como minorias.

A pesquisa bibliográfica está em curso e precisa ser ampliada. Muito material que localizei ainda não consegui ler devido ao prazo para finalizar o TCC, porém sei que preciso delimitar melhor meus conceitos e autores/autoras. Por ora, estes são os estudos que apoiaram minha sistematização inicial.

METODOLOGIA

Desenvolveremos uma pesquisa de natureza qualiquantitativa, já que os métodos quantitativos e qualitativos se entrelaçam, apontando desdobramentos metodológicos que vão desde a elaboração da proposta de investigação até a sua efetivação posteriormente com o trabalho de campo. Soma-se ainda o caráter etnográfico, já que nosso objetivo é captar trajetórias, desafios e outros elementos relativos ao ingresso das mulheres quilombolas no ensino superior, especialmente na Unilab. No que diz respeito aos aspectos quantitativos, essa se justifica pelo fato de termos realizado de forma prévia uma primeira análise sobre o ingresso das mulheres quilombolas e que objetivou agregar múltiplos elementos para a construção de um campo de pesquisa com essa temática.

Para isso, servi-me dos dados iniciais adquiridos através da Pró-reitora de Graduação (PROGRAD). Diante disso, as informações preliminares me levaram a questionar os caminhos percorridos por essas mulheres até acessar a Unilab. Por essa razão, a natureza da pesquisa também se dá no plano qualitativo e para captar essa experiência particular faz-se necessário traçar aproximações com a etnografia, compreendendo-a enquanto uma forma de observar, descrever e captar elementos subjetivos a partir da relação direta de convivência com essas mulheres universitárias. Logo, essa perspectiva etnográfica estará amparada na observação participante e no trabalho de campo, resultando na obtenção de dados que serão analisados.

Soma-se ainda a realização de entrevistas estruturadas, conforme o formulário elaborado e constante nos anexos deste trabalho, sendo que em relação a algumas mulheres ingressantes no primeiro edital realizamos algumas entrevistas que foram previamente transcritas e que serão analisadas na realização da pesquisa final. No entanto, tais entrevistas serão realizadas com outras mulheres, buscando mesclar faixa etária, comunidade quilombola de origem e área/curso de formação acadêmica na Unilab. Por fim, a partir dos dados levantados e valorizando as falas e trajetórias das mulheres universitárias quilombolas, bem como do levantamento bibliográfico com leituras relacionadas à temática, visamos alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa.

CRONOGRAMA

ETAPAS	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
Levantamento bibliográfico	X							
Revisão do Projeto		X						
Pesquisa de campo			X					
Análise dos dados				X				
Organização do roteiro/partes					X			
Redação do trabalho					X	X		
Revisão e redação final							X	
Entrega de monografia							X	
Defesa de monografia								X

REFERÊNCIAS

- FAGUNDES, Murilo. Dia do Índio: indígenas reforçam luta contra preconceito e estereótipos. Correio Braziliense, 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/19/interna_cidadesdf,674715/dia-do-indio-indigenas-reforcam-luta-contra-preconceito-e-estereotipo.shtml. Acesso em: 20 mar, 2022.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- LIMA, Elane Cristina Monte. Dificuldades enfrentadas pelas alunas quilombolas ao acesso ao ensino superior por meio do processo seletivo especial da UFPA Campus Castanhal. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) -- Campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2018. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/674>. Acesso em: 22 jun, 2022.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22, nº 3, p. 935-952, setembro-dezembro/2014. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 13 abr, 2022.
- MENDES, Maria Aparecida. *Marias. Crioulas: emancipação e aliança entre mulheres no enfrentamento à violência doméstica em comunidades tradicionais*. 2019. 159 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- NASCIMENTO, Márcia Jucilene do. *Por uma pedagogia crioula: memória, identidade e resistência no quilombo de Conceição das Crioulas – PE*. 2017. 198 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- RODRIGUES, Maria Diva da Silva. *Política de nucleação de escolas: uma violação de direitos e a negação da cultura e da educação escolar quilombola*. 2017. 121 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- RUANO-IBARRA, Elizabeth del Socorro; OLIVEIRA, Victoria Miranda da Gama. *Mulheres indígenas, ensino superior e colonialidade de gênero*. *Antropolítica: Revista Contemporânea de*

Antropologia, v. 50, p. 273-299, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42048>. Acesso em: 02 fev, 2022.

SANTANA, Tatiana de Oliveira. Narrativas femininas guajajara e akrãtikatêjê no ensino superior. 2017. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182789>. Acesso em: 10 jan, 2022.

SILVA, Ana Maria Eugênio Da. As quilombolas do sítio Veiga e a dança de são Gonçalo em Quixadá – CE. 2021. 159 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação Interdisciplinar em Humanidades. Instituto de Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2021. Acesso em: 17 de jul, 2022.

SILVA, Givânia Maria. Educação e Luta política no Quilombo de Conceição das Crioulas. Curitiba: Appris, 2016.

Material da internet

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/quilombos-resistencia-para-vencer-invisibilidade-historica-1.1853301>

www.academia.edu/45469524/Mulheres_Indígenas_Ensino_Superior_e_Colonialidade_de_Gênero_Indigenous_Women_Higher_Education_and_Gender_Coloniality#:~:text=Mulheres%20Indígenas%2C%20Ensino%20Superior%20e%20Colonialidade%20de%20Gênero,sua%20etnia%2C%20por%20serem%20mulheres%2C%20jovens%20e%20carentes.

www.bing.com/search?q=DIFICULDADES+ENFRENTADAS+PELAS+ALUNAS+QUILOMBOLAS+AO+ACESSO+AO+ENSINO+SUPERIOR+POR+MEIO+DO+PROCESSO+SELETIVO+ESPECIAL+DA+UFPA+CAMPUS+CASTANHAL&q&qs=n&form=QBRE&sp=-1&pq=&sc=8-0&sk=&cvid=09991B1A287341F5AEB46B2BAA18955C&ghsh=0&ghacc=0 27

www.bing.com/search?q=NARRATIVAS+FEMININAS+GUAJAJARA+E+AKRÃTIKA+TÊJÊ+NO+ENSINO+SUPERIOR&q&qs=n&form=QBRE&sp=-1&pq=&sc=9-0&sk=&cvid=528D7B455E034DC6889223D6A7E37624&ghsh=0&ghacc=0

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5oK2et0C7zwJ:wp.ufpel.edu.br/ppg/files/2014/04/Modelo-Projeto-Pesquisa.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

www.unasp.br/blog/elaborar-um-projeto-de-pesquisa/

Vídeo

<https://photos.app.goo.gl/HNqwWkdTgK3HjPWa9>

APÊNDICE I**FORMULÁRIO PARA PESQUISA DO TCC III****As mulheres quilombolas no ensino superior na UNILAB**

Identificação: _____

Nome: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Idade: ____ Estado civil: _____

Filhos: _____ Quilombo: _____ Reside com: _____

Renda: _____ Trabalho: _____ Curso: _____

Adaptação

1. Você teve que sair da comunidade?
2. Quais primeiros desafios no processo seletivo na UNILAB?
3. Como a família reagiu ao seu ingresso na universidade?
4. Financeiramente, como você conseguiu se manter na sua chegada?
5. Como foi a adaptação da moradia na universidade?
6. Você contou com ajuda financeira? Quais foram?
7. Quais as principais dificuldades na instalação da nova moradia?
8. Você conseguia visitar seus parentes?
9. Como ficou o vínculo com a comunidade?
10. Como você lidou com as questões emocionais, por estar longe do território?
11. Você sente que como mulher quilombola, existe diferenças na adaptação comparada com os homens?
12. Quais você destacaria?
13. O que é ser mulher quilombola?
14. Quais os desafios de ser uma mulher quilombola?

15. Quais os pontos positivos de ser uma mulher quilombola?
16. E o que é ser uma mulher quilombola no Ensino Superior da Unilab?

Unilab

1. Quais primeiros desafios no processo seletivo na UNILAB? (Detalhar as dificuldades e o que a entrevistada aponta como sugestão)
2. Você teve apoio? Quais foram e de que forma facilitou seu ingresso?
3. Os temas abordados na UNILAB, contemplam as causas quilombolas?
4. Você teve acesso aos equipamentos necessários para suas atividades acadêmicas?
5. A UNILAB deu suporte técnico e orientação como funcionava o campus?
6. Teve um acompanhamento pedagógico da instituição sobre o seu desempenho/aproveitamento nas aulas?
7. Nas aulas você se sentia segura de participar expondo suas ideias?
8. Como foi a relação aluna e professor na sala de aula?
9. O meio acadêmico, foi um ambiente de inseguranças?
10. O seu processo de adaptação lhe fez questionar sua capacidade intelectual?
11. Quais a relação com os colegas de sala ao saber da sua origem?
12. Eles tinham conhecimento sobre o que é uma comunidade quilombola?
13. No processo avaliativo, você compreende bem os conteúdos?
14. Quais os maiores desafios da academia?

APÊNDICE II
ACERVO PESSOAL
FOTOS



Maria de Fatima – Mãe.
Alessandra Amaral – Filha.
Fonte: Acervo Pessoal (s/d).



Alexandra – neta da avó Luiza Bento.
Fonte: Acervo Pessoal (s/d).



Mãe: Alexandra e Isabela filha.

Filha: Isabela Alexandre.

Fonte: Acervo Pessoal (s/d).



Isadora Alexandre – Filha – Discente da UNILAB – Enfermagem.
Fonte: Acervo Pessoal (s/d).



Namorado: Mariano António Vunge.
Fonte Acervo Pessoal (s/d).



Tatiana Ramalho – Minha Amiga e nossa madrinha.
Fonte: Acervo Pessoal (s/d).



Rayres Maria – Meu anjo amiga.
Fonte: Acervo Pessoal (s/d).



Alexsandra Amaral – Humanidades UNILAB
Jeovane Ferreira – Mestre em Antropologia UFC/UNILAB
Tatiana Ramalho – Pedagogia UNILAB

Três quilombolas, negro e negras recém chegados na UNILAB.
Cachoeira da Paracupeba – Águas de OXUM.
Fonte: Acervo Pessoal (s/d).



Tia Socorro Alexandra e mãe Fatima.
Fonte: Acervo Pessoal (s/d).



Terreiro Zé Pilintra das Palmas – Meu pai e mestre.
Fonte: Acervo Pessoal (s/d).



Isadora Alexandre – Filha da casa de Zé Pilintra das Almas
Fonte: Acervo Pessoal (s/d).



Isabela Alexandre – erê Menina do Maracuja – Filha da casa de Zê Pilintra das Almas.
Fonte: Acervo Pessoal (s/d).



Movimento Quilombola e Indígena na UNILAB.
Reunião pelo cancelamento do edital específico para indígenas e quilombolas.
(Profª. Drª. Carolina Leal; Discente: Jose do Freitas; Mestrando: Jeovane Ferreira.)
Fonte: Acervo Pessoal (s/d).